



Câmara Municipal de Itabirito

Requerimento Nº ___, 18 de maio de 2026

Requer o envio ao Poder Executivo Municipal, solicitando ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Itabirito informações oficiais, tendo em vista as declarações públicas do Chefe do Executivo de que os valores destinados ao pagamento dos servidores municipais referente ao “período de congelamento” devido a pandemia de COVID-19, que estavam provisionados desde o mês de maio de 2025.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 149 do Regimento Interno da Câmara, requeiro a Vossa Excelência, o envio ao Poder Executivo Municipal, solicitando ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Itabirito informações oficiais, tendo em vista as declarações públicas do Chefe do Executivo de que os valores destinados ao pagamento dos servidores municipais estavam provisionados desde o mês de maio de 2025, embora, até a presente data, os respectivos pagamentos não tenham sido efetivados. Requer-se que o Poder Executivo esclareça, de forma detalhada e documental, os seguintes pontos:

1. Sobre o tempo de serviço prestado

- a) Foi computado o tempo de serviço prestado pelos servidores públicos municipais no período compreendido entre 28/05/2020 e 31/12/2021 para todos os fins de aquisição de direitos funcionais baseados em tempo de serviço, procedendo à implantação das vantagens pecuniárias e não pecuniárias decorrentes a partir de 1º/01/2022?
- b) Caso não tenha sido realizado a computação do tempo, qual será a previsão? Quais medidas serão adotadas?

2. Pagamento das diferenças

- a) Foi realizado o pagamento das diferenças retroativas devidas aos servidores em razão do não cômputo do tempo de serviço no período de 28/05/2020 a 31/12/2021 para fins de aquisição dos direitos funcionais baseados em tempo de serviço?
- b) Caso não tenha sido realizado o pagamento, qual será a previsão? Quais medidas serão adotadas?

3. Sobre o provisionamento dos valores

- a) Quando e em qual instrumento orçamentário foi realizado o provisionamento dos valores destinados ao pagamento dos servidores municipais?
- b) Qual foi o montante total provisionado e em qual conta específica os recursos foram depositados ou reservados?
- c) Existem documentos contábeis ou bancários que comprovem o efetivo provisionamento realizado desde maio de 2025?

4. Sobre as medidas futuras

- a) Quais providências estão sendo adotadas para regularizar imediatamente o pagamento dos servidores?
- b) Quais ações serão implementadas para evitar a repetição desse tipo de falha administrativa?
- c) Qual é o prazo real e definitivo para a quitação dos valores devidos aos servidores municipais?

Justificativa

presente solicitação tem por objetivo garantir a transparência na gestão dos recursos públicos, assegurar o direito à informação da Câmara Municipal e da sociedade, e, sobretudo, resguardar os direitos dos servidores públicos municipais que dependem de seus vencimentos para o sustento próprio e de suas famílias.

Diante da gravidade da situação e da inconsistência entre as declarações públicas e a execução financeira, é dever do Poder Legislativo exercer seu papel fiscalizador e buscar esclarecimentos formais e documentados.

Agradeço a atenção e aguardo um retorno sobre as medidas que poderão ser adotadas.

Sala de Reuniões, 18 de maio de 2026.

Dr. Edson
Vereador